

US\$ 20 bilhões fora do orçamento

12 MAI 1987
por Celso Pinto
de São Paulo

A conta dos principais projetos que o governo resolveu colocar na mesa, e que não estão incluídos nos orçamentos em vigor, chega a US\$ 20 bilhões. É um número grande o suficiente para assustar economistas do próprio governo e para criar previsíveis embaraços nas negociações externas.

Nessa conta, segundo fonte credenciada do governo, estão incluídos os US\$ 2,4 bilhões da Ferrovia Norte-Sul, os US\$ 6,1 bilhões do "trem-bala" que ligaria Rio/São Paulo/Araquara, a chamada ferrovia Leste-Oeste e vários outros projetos sem cobertura orçamentária ainda definida. Os US\$ 20 bilhões significam os investimentos mínimos para tocá-los ao longo dos próximos anos.

Embora só parte desse dinheiro tenha de ser imediatamente desembolsada, o impacto é muito importante. Técnicos do Banco Mundial (BIRD) fizeram, recentemente, um levantamento dos planos de investimentos do País para os próximos três anos (incluindo 1987), baseado nos orçamentos em vigor, nas projeções plurianuais e nas contas das empresas estatais.

GAZETA MERCANTIL

A conclusão do BIRD é que o Brasil pretende investir cerca de US\$ 16 bilhões em cada um desses três anos, o que a equipe do banco considerou perfeitamente razoável, tanto no valor quanto na qualidade dos projetos. O acréscimo de US\$ 20 bilhões a essa conta, incluindo alguns projetos que o banco considera duvidosos, certamente complicará bastante as discussões com o Brasil (ver nesta página).

Já desde o ano passado, o BIRD vem tentando montar um programa de médio prazo com o Brasil, algo que indique um mínimo de consistência nos planos econômicos para os próximos três anos. Sem esse programa, dificilmente deslanchará a aprovação de alguns empréstimos setoriais de grande porte que estão em discussão. E, sem esses empréstimos, dificilmente o Brasil conseguirá obter do BIRD o "dinheiro novo" que precisa para fechar suas contas externas.

A Ferrovia Norte-Sul, em particular, foi recebida com claro desagrado pelos técnicos do BIRD.

(Continua na página 3)

Terça-feira, 12 de maio de 1987 — GAZETA MEI

• Nacional

12 MAI 1987

CONTAS PÚBLICAS

GAZETA MERCANTIL

US\$ 20 bilhões fora do orçamento

por Celso Pinto
de São Paulo

(Continuação da 1ª página)

O banco tem uma longa tradição em financiamentos de projetos ferroviários no Brasil (e em todo o mundo) e tem uma visão consolidada sobre os investimentos que considera prioritários para o setor, o que inclui, em especial, a extensão da malha dos grandes centros urbanos. O projeto de ligar o interior do Maranhão a Brasília nem resvala nessas prioridades e foi encarado acidentalmente pelo banco.

Preocupa também, e bastante, a forma como se pretende financiar esses projetos, especialmente o que tiver de ser desembolsado neste ano. A idéia de que existem recursos disponíveis no Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND) é enganosa.

Na verdade, o orçamento do FND para este ano foi fixado em fevereiro: previa CZ\$ 120 bilhões, caso houvesse forte queda nas viagens ao exterior, vendas de carros e consumo de combustíveis; ou CZ\$ 127 bilhões se o cenário fosse melhor. Nos dois casos, contudo, foram fixados orçamentos nominais, isto é, a preços de dezembro de 1986. Quando o orçamento foi anunciado a equipe de então da Fazenda disse que a necessária revisão da arrecadação em função da inflação seria feita a cada mês, pelo Conselho de Orientação do FND.

De fato, em março, na reunião do conselho, o orçamento cresceu para CZ\$ 170 bilhões. A reunião de abril não chegou a ser feita, pois coincidiu com a saída do então ministro Dilson Funaro, mas os cálculos indicavam uma revisão para mais de CZ\$ 200 bilhões.

O ex-secretário executivo do FND, Luiz Gonzaga Belluzzo, diz que o conselho indicou, já em sua primeira reunião, que as revisões orçamentárias futuras não deveriam implicar alteração proporcional das aplicações, ou seja, seria preservado o plano original. Novos projetos, de outro lado, devem ser previamente aprovados pela secretaria executiva do FND antes da aprovação de novos recursos.

Em Brasília, contudo, há quem tema que futuras revisões do orçamento nominal do FND acabem abrindo espaço para acomodar alguns destes novos projetos que não dispõem de recursos orçamentários definidos. O governo, em realidade, é majoritário no Conselho de Orientação do FND.

Se isso chegar a acontecer, o efeito será corrosivo. Metade dos recursos do FND foi repartida entre Siderbrás e Eletrobrás. Embora destinados a projetos

desses grupos, a intenção era de, por meios indiretos, sanear essas áreas, permitindo a retomada de investimentos. A Siderbrás deverá pagar cerca de US\$ 12 bilhões em amortizações e juros externos neste ano e só conta com US\$ 6 bilhões em recursos externos; o restante viria, em boa medida, graças às aplicações do FND. Se não for mantido o valor real das aplicações do FND, haverá a aparência de recursos não inflacionários para financiar os novos projetos contemplados, mas estarão sendo abertos buracos que terão de ser fechados de alguma forma.

Se esses novos projetos, sem verbas designadas, forem realmente levados adiante, virão somar-se a vários outros focos de pressão sobre as contas públicas. A situação dos estados e municípios está-se mostrando bem pior do que indicavam projeções do início do ano. Além de absorver as dívidas e rombos passados, o governo federal tem sido pressionado a conceder novos recursos para novos projetos. A conta dos US\$ 20 bilhões resulta, em parte, dessas pressões, cujo exemplo típico e mais expressivo é o do "trem-bala".

Pelo menos três outros fatores trabalham fortemente contra as contas públicas neste ano. O primeiro deles é a perspectiva de desaceleração econômica. Além de agravar as contas federais, de estados e municípios, o desaquecimento deve abrir brechas em áreas que, em 1986, foram superavitárias, como a Previdência Social.

O outro fator negativo é a aceleração cambial, com o reajuste real de 7,5%. Como o Estado é o maior devedor e virtual monopolizador das dívidas em dólares, o impacto é muito forte. No ano passado aconteceu o oposto: com o congelamento cambial, as dívidas em dólares acabaram contribuindo para melhorar as contas e subestimar os cálculos do déficit público.

A terceira área de preocupação é o próprio financiamento do déficit. No ano passado, com a forte redução inflacionária e o processo de remonetização, o Estado conseguiu financiar de 3 a 3,5% do PIB de forma não inflacionária, através de emissões e por economia na conta dos juros da dívida pública. Em 1987 não só esse espaço não existe, como também haverá uma pressão adicional por conta da disparada dos juros internos e das colocações de papéis. Com baixa inflação, o público trocou títulos federais, que rendem juros, por moeda. Agora, está fazendo o oposto, e numa conjuntura em que os juros médios têm sido bem maiores do que os praticados em 1986.